SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/03/2015 - Telesíntese

Cade condena Oi por abuso de posição dominante

Empresa vai ter de pagar multa de R$ 26,5 milhões por usar dados dos clientes para impedir avanço da Vésper no início dos anos 2000.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) condenou, nesta quarta-feira (11), a Telemar Norte Leste (Oi) por abuso de posição dominante no mercado de telecomunicações. A conduta anticompetitiva ocorreu no início dos anos 2000, quando a Telemar detinha mais de 90% do mercado de telefonia fixa nos estados de RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AP, AM e RR.

De acordo com a investigação do Cade, a empresa monitorou as chamadas dos seus clientes para o call center da concorrente Vésper – então entrante no mercado, após o desenvolvimento do novo marco regulatório do setor de telecomunicações e a reestruturação do sistema Telebrás. A partir desse monitoramento, a Telemar ofertava planos específicos para evitar a migração de seus clientes para a concorrente.

Segundo o conselheiro relator do caso, Márcio de Oliveira Júnior, a segmentação de clientes e a oferta de promoções pela Telemar não configuraram infrações concorrenciais. Ele destacou, no entanto, que a Telemar segmentou clientes e fez promoções a partir de ilícito regulatório (acesso ilegal aos dados), pelo qual foi punida pela agência reguladora do setor, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com multa de cerca de R$11,5 milhões. Desse modo, o relator votou pelo arquivamento do processo por ausência de indícios de infrações à ordem econômica.

A conselheira Ana Frazão, entretanto, divergiu do relator e apontou que a Telemar se valeu indevidamente das informações sensíveis de clientes, às quais tinha acesso em razão da obrigatoriedade legal de interconexão das redes de telecomunicações, para impedir o estabelecimento de concorrência. De acordo com a conselheira, o monitoramento da Telemar não se destinava a ofertar promoções e condições mais vantajosas aos clientes, mas dificultar, mediante a utilização de meios ilícitos, a entrada da nova concorrente no mercado.

"Demonstrada a potencialidade lesiva da conduta, entendo que a representada praticou ilícito antitruste, por ter abusado de sua posição dominante, criando dificuldade indevida e injustificável ao desenvolvimento da Vésper no mercado de telefonia fixa", afirmou Ana.

O entendimento da conselheira de que a conduta da Telemar acarretou efeitos anticoncorrenciais foi seguido pelo presidente do Cade, Vinicius Marques de Carvalho, resultando na condenação da empresa ao pagamento de multa no valor de R$ 26,5 milhões.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/03/2015 - Telesíntese

Anatel autoriza On Telecom resgatar R$ 40 mi em garantia

A agência reguladora atestou o cumprimento das metas de cobertura municípios paulistas pela operadora de banda larga, de propriedade do norte-americano George Soros.

A On Telecom, operadora de banda larga, que tem como sócio principal o mega investidor norte-americano George Soros, vai poder contar com uma folga de caixa. Hoje, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a confirmação, por parte da Anatel, de que cumpriu as metas de cobertura estabelecidas no edital de 2012 – no qual a empresa comprou frequências de 2,5Gh para oferecer o serviço de banda larga em algumas cidades do estado de São Paulo -, permitindo, assim, que a empresa resgate as garantias vinculadas a estas metas.

No total, a On Telecom poderá resgatar R$ 40 milhões por ter feito a cobertura nas cidades de Taubaté, Guaraguatatuba, Pindamonhangaba, Americana, Limeira, Piracicaba, Araras, Rio Claro e Santa Bábara D'Oeste.

11/03/2015 - Telesintese

Com receita em queda, Nextel Brasil registra prejuízo

Operadora brasileira é responsável por 49% das receitas do grupo NII Holdings no mundo, e ganhou usuários ao longo do ano apesar do resultado financeiro negativo.

A Nextel Brasil fechou 2014 com um prejuízo operacional de US$ 133,7 milhões. Em 2013, a empresa havia registrado lucro de US$ 311 milhões. A receita operacional do ano caiu 16%, para US$ 1,8 bilhão. Na comparação trimestral, a operadora teve prejuízo de US$ 49,3 milhões entre outubro e dezembro, ante lucro de US$ 3,6 milhões no mesmo período um ano antes. A receita dos três meses foi de US$ 432 milhões, redução de 14%.

Apesar dos resultados financeiros, a empresa ganhou 383 mil usuários ao longo do ano, atingindo a marca de 4,34 milhões de clientes. Enquanto a tecnologia iDEN, ainda principal segmento, perdeu 951 mil usuários, o WCDMA (3G) ganhou 1,33 milhão. Destes, 414 mil migraram do iDEN para o 3G. O churn no ano foi de 2,55%, e a receita por usuário (ARPU) ficou em US$ 30.

NII Holdings

A Nextel Brasil representou 49% do faturamento da NII Holdings, que reúne também Nextel Argentina e México. O grupo teve receita operacional de US$ 3,68 bilhões e prejuízo operacional de US$ 520 milhões em 2014. O prejuízo líquido foi de US$ 1,96 bilhão. O total de assinantes no mundo caiu 61 mil, para 9,18 milhões. O churn aumentou para 3,4% (foi de 3,11% em 2013), e a ARPU caiu para US$ 28, ante US$ 35 em 2013.

No quarto trimestre, a receita foi de US$ 854 mil, uma redução de 20% sobre os mesmos meses de 2013. O prejuízo operacional ficou em US$ 335 milhões. Uma ano antes, havia sido de US$ 155 milhões. O prejuízo líquido, porém, foi menor na comparação anual, ficando em US$ 514 milhões – foi de US$ 745 milhões no quarto trimestre de 2013. O resultado já contabiliza a venda das operações no Chile e Peru.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/03/2015 - RBA

'Crise é forjada, mentirosa e induzida pela mídia', diz Leonardo Boff

Teólogo afirma que veículos de comunicação são golpistas e contra o povo, mas com os movimentos sociais emergiu uma nova consciência política, e o outro lado ficou sem condições de dar o golpe

A crise econômica e política pela qual o país atravessa neste momento é "em grande parte forjada, mentirosa, induzida, ela não corresponde aos fatos", afirma o teólogo Leonardo Boff. Segundo ele, a crise é amplificada por uma dramatização da mídia. "Essa dramatização que se faz aqui é feita pela mídia conservadora, golpista, que nunca respeitou um governo popular. Devemos dizer os nomes: é o jornal O Globo, a TV Globo, a Folha de S. Paulo, o Estadão, a perversa e mentirosa revista Veja."

Em entrevista à Rádio Brasil Atual na segunda-feira (9), o teólogo disse que, no entanto, o atual nível de acirramento no cenário político não preocupa porque, para ele, comparado a outros contextos históricos, a "democracia amadureceu". Ele diz acreditar, ainda, na emergência de uma "nova consciência política".

Boff também considera que o cenário brasileiro é bastante diferente da Grécia, Espanha e Portugal, onde são registradas centenas de suicídios, por conta do fechamento de pequenas empresas e do desemprego, e até mesmo de países centrais, como os Estados Unidos, que veem a desigualdade social avançar.

"A situação não é igual a 64, nem igual a 54", compara. "Agora, nós temos uma rede imensa de movimentos sociais organizados. A democracia ainda não é totalmente plena porque há muita injustiça e falta de representatividade, mas o outro lado não tem condições de dar um golpe."

Para Boff, não interessa aos militares uma nova empreitada golpista. Restaria ao campo conservador a "judicialização da política": "Tem que passar pelo parlamento e os movimentos sociais, seguramente, vão encher as ruas e vão querer manter esse governo que foi legitimamente eleito. Eles têm força de dobrar o Parlamento, dissuadir os golpistas e botá-los para correr".

Sobre o 'panelaço' ocorrido no domingo (8), durante o discurso da presidenta Dilma Rousseff para o Dia Internacional da Mulher, Boff afirma que o protesto é "totalmente desmoralizado", pois "é feito por aqueles que têm as panelas cheias e são contra um governo que faz políticas para encher as panelas vazias do povo pobre".

O teólogo afirma que a manifestação expressa "indignação e ódio contra os pobres" e são símbolo da "falta de solidariedade": "O panelaço veio exatamente dos mais ricos, daqueles que são mais beneficiados pelo sistema e que não toleram que haja uma diminuição da desigualdade e que gostariam que o povo ficasse lá embaixo".

Sobre o ato programado pela CUT e movimentos sociais para sexta-feira (13), Leonardo Boff diz que a importância é reafirmar os valores democráticos e a defesa da soberania do país: "Aqueles que perderam, as minorias que foram vencidas, cujo projeto neoliberal foi rejeitado pelo povo, até hoje, não aceitam a derrota. Eles que tenham a elegância e o respeito de aceitar o jogo democrático".

O teólogo frisa, mais uma vez, não temer o golpe. "É o golpe virtual, que eles fazem pelas redes sociais e pela mídia, inventando e fantasiando, projetando cenários dramáticos, que são projeções daqueles que estão frustrados e não aceitam a derrota do projeto que era antipovo."

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/03/2015 - CUT

Terceirização, corrupção, impeachment e hipocrisia

Professor da USP defende que crise estrutural tem solução seletiva

Uma onda de patriotismo, moralismo e correção inunda o país da falta d'água. Não se quer mais corrupção e impunidade. E isso é ruim? Claro que não!

O mal é utilizar o argumento não para buscar um acerto geral e sim para alcançar maiores benefícios pessoais, ou seja, para alterar apenas aquilo que incomoda ao projeto pessoal, indo-se nem sempre em uma direção progressista das condições social e humana.

É assim, por exemplo, que pelo argumento da existência da corrupção alguns tentam chegar à justificativa para defender a diminuição dos impostos ou mesmo para não pagá-los. Muitas pessoas, mas muitas mesmo, que criticam a imoralidade na política sonegam impostos e aproveitam-se da imoralidade alheia para justificar a sua conduta ilegal. Como dito pelo jornalista Juca Kfouri, "Nós, brasileiros, somos capazes de sonegar meio trilhão de reais de Imposto de Renda só no ano passado. Como somos capazes de vender e comprar DVDs piratas, cuspir no chão, desrespeitar o sinal vermelho, andar pelo acostamento e, ainda por cima, votar no Collor, no Maluf, no Newtão Cardoso, na Roseana, no Marconi Perillo ou no Palocci."[1]

Claro que, potencialmente, quem tem a obrigação de cuidar da coisa pública e se aproveita da posição que ocupa para furtar o erário comete um erro infinitamente maior do que aquele que se vale do argumento da improbidade administrativa para se ver livre de obrigações legais. Ainda assim, um erro não justifica o outro.

Além disso, na prática de apontar os erros alheios nem sempre importa a coerência no sentido de não cometer os mesmos erros ou outros equivalentes.

Mais ainda não impera o comprometimento real, propugnando-se soluções que apenas impõem sacrifícios alheios.

Vejamos.

Se a economia vai mal, os congressistas e administradores pensam em soluções que diminuem direitos dos trabalhadores, mas não pensam em diminuir os próprios salários. Aliás, bem ao contrário, na mesma época em que se retomam as falácias do "custo Brasil", que se reforçam com a retórica da "crise" eterna, os políticos aumentam[2] os seus ganhos, sendo esta, aliás, a lógica que, necessariamente, se impôs ao Judiciário[3] para impedir que sirva como "tábua de salvação" do respeito à ordem constitucional, pautada, ainda que minimamente, por uma lógica republicana destinada à realização da justiça social.

Da mesma forma, muitos empresários (mais uma vez, reproduzindo o que vêm fazendo, sistematicamente, na realidade brasileira, desde a década de 50) reivindicam redução dos custos dos direitos trabalhistas, sendo que antes o faziam sob a promessa de mais contratações de trabalhadores e agora como a necessidade imperiosa para a manutenção dos empregos, mas não anunciam redução dos ganhos de diretores, não divulgam os balanços explicitando o peso dos encargos trabalhistas no orçamento e o real efeito das reduções pretendidas, não efetivam auditoria para sanar as contas, não aceitam que os trabalhadores tenham acesso às informações sobre a administração e a saúde econômica da empresa, não admitem a institucionalização jurídica da garantia de emprego contra dispensas arbitrárias, ou seja, querem "segurança jurídica" para si, mas querem manter os trabalhadores em extrema insegurança, que não é só jurídica, mas também econômica e social, e tentam, então, utilizar o seu poder de "mandar embora" o trabalhador para aí sim, estando este já com a corda no pescoço, negociar condições de trabalho.

Leia mais em:

http://www.cut.org.br/noticias/terceirizacao-corrupcao--impeachment-e-hipocrisia-f8df/

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

11/03/2015 - Portal Vermelho

Entre 2000 e 2011, economia brasileira cresceu em média 3,7% ao ano

O crescimento econômico médio anual do Brasil entre 2000 e 2011 ficou em 3,7%, segundo revisão divulgada nesta quarta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE revisou as taxas de crescimento desde 2000 devido à adoção de uma nova metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todos os bens e serviços produzidos no país.

A taxa média calculada pela metodologia anterior era de 3,5%, ou seja, 0,2 ponto percentual abaixo da média calculada de acordo com a nova metodologia. As mudanças seguem as recomendações do Manual Internacional de Contas Nacionais (SNA 2008), da Comissão Europeia, do Fundo Monetário Internacional, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Banco Mundial.

"Em 2011, nós iniciamos um processo de revisão do sistema de contas nacionais, baseado no novo manual. Todos os países iriam se empenhar na sua implementação para que os sistemas de contas nacionais do mundo pudesse ser comparável. Hoje finalmente damos início à divulgação da nova série de contas nacionais", disse a presidenta do IBGE, Wasmália Bivar.

Com a revisão, a taxa de crescimento do PIB em 2011, por exemplo, passou de 2,7% para 3,9%. A de 2010 passou de 7,5% para 7,6%.

A nova metodologia de cálculo passou a considerar, por exemplo, novas classificações de produtos e serviços, dados do Censo Agropecuário de 2006, da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009, do Censo Demográfico de 2010 e a atualização da estrutura de impostos.

Os novos cálculos também provocaram uma mudança na participação das atividades econômicas no Produto Interno Bruto (PIB). A agropecuária, por exemplo, que em 2011 respondia por 5,5% do setor produtivo nacional, passou a representar 5,1%. A indústria também teve queda em sua participação em 2011, ao passar de 27,5% para 27,2% na nova série. Os serviços ganharam participação, ao passar de 67% para 67,7%.

Sob a ótica da demanda, os consumos das famílias e do governo passaram a representar 79% em 2011, segundo a nova série. Na série antiga, eles respondiam por 81%. Os investimentos, que em 2011 tinham 19,7% de participação, passaram para 21,8%. As exportações passaram de 11,9% para 11,5%, enquanto as importações caíram de 12,6% para 12,2%.